

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1406/XIII/3.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A ADOÇÃO DE MEDIDAS JUNTO DAS AUTORIDADES ESPANHOLAS PARA QUE SEJA TRAVADA A INSTALAÇÃO DA MINA DE URÂNIO RETORTILLO - SANTIDAD

A exploração de urânio acarreta vários riscos para a saúde pública e para os ecossistemas, como é bem conhecido das comunidades mineiras uraníferas portuguesas. No caso da Urgeiriça, apesar de a exploração ter sido encerrada há cerca de 17 anos, as populações e os territórios ainda sofrem as consequências do enorme passivo ambiental resultante da mineração do urânio, com particular preocupação para o surgimento de um elevado número de neoplasias ao nível do aparelho respiratório. Este composto tem forte potencial radioativo e tem efeitos bastante duráveis no tempo, constituindo a descontaminação um processo complexo, moroso, caro e nem sempre totalmente conseguido.

No Estado espanhol, a apenas 30 km da fronteira de Almeida, está em processo de licenciamento a exploração de uma mina de urânio a céu aberto e de construção de uma unidade industrial de processamento do minério a extrair. Os impactes ambientais são comprovadamente elevados. Especialmente grave é a possibilidade de contaminação aérea por partículas radioativas, bem como a forte probabilidade de poluição por via das escorrências drenadas através do Rio Yeltes para a bacia hidrográfica do Douro. O Bloco de Esquerda já manifestou a sua mais profunda preocupação sobre os efeitos que esta atividade poderá ter também deste lado da fronteira, precisamente pela circulação aérea e pelo Rio Douro.

Recentemente, a Comissão parlamentar competente da Assembleia da República visitou a região, constatou a existência de um estaleiro da empresa Berkeley Minera de España no local e de trabalhos de abate de árvores e de terraplenagem no perímetro previsto para a mina, já delimitado por uma cerca. Os deputados portugueses mantiveram contactos com autarcas portugueses e espanhóis que evidenciaram enorme preocupação e oposição à instalação da mina.

Em Salamanca realizou-se já uma manifestação que contou com a milhares de pessoas contra a construção da mina de urânio a céu aberto em Retortillo - Santidad. No protesto juntaram-se ambientalistas portugueses que exigem uma intervenção do Governo para que a mina, que coloca em risco as populações e o ecossistema em ambos os lados da fronteira, não avance.

O Governo português já declarou que o Estado espanhol não está a cumprir o Protocolo de Atuação. No entanto são necessárias consequências mais efetivas por parte do Estado português. Não é possível continuar a atrasar uma resposta por parte do Governo espanhol à exigência do cumprimento das normas internacionais e de respeito pelos direitos de Portugal.

O projeto da Mina de Retortillo - Santidad para exploração de urânio não foi comunicado a Portugal, apesar de estar a poucas dezenas de quilómetros da fronteira e frente ao Parque Natural do Douro Internacional. Situa-se ainda sobre o Rio Yeltes, um afluente do Rio Huebra que desagua no Rio Douro, em território português, entre Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo.

A falta de informação por parte do Governo espanhol é um dos problemas que afeta o processo de licenciamento da mina de Retortillo - Santidad. Desde 2013 - pelo menos - que o governo espanhol não informa as autoridades portuguesas. Mesmo depois de em 2016 ter sido solicitado para o fazer, não enviou qualquer informação relevante.

A Agência Portuguesa do Ambiente já reconheceu que o projeto é suscetível de causar impacto em território português, ao nível da contaminação radioativa. No entanto o Governo espanhol não acionou o procedimento para Avaliação do Impacte Ambiental Transfronteiriço, tal como está obrigado pelo Protocolo de Atuação entre Portugal e Espanha e também por normas europeias.

Recorde-se que, no que respeita à continuidade da central nuclear de Almaraz e da construção do respetivo ATI para resíduos nucleares, apesar da posição unânime da Assembleia da República, os esforços têm sido também insuficientes para que se efetive o encerramento da mesma. É necessária uma atitude mais pró-ativa por parte do Governo português no sentido da defesa dos interesses de Portugal e da defesa da saúde pública nestes dois casos.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na presente iniciativa propõe que o Governo português desencadeie todas as diligências junto do seu homólogo espanhol para garantir a realização da avaliação de impacte ambiental transfronteiriço, a que estava obrigado, e proceda no sentido da não abertura da referida mina de urânio a céu aberto de Retortillo – Santidad.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1. Que tome todas as diligências junto do Governo espanhol no sentido de garantir a não instalação da mina de urânio de Retortillo-Santidad (Salamanca);
2. Que exija a realização da avaliação de impacte ambiental transfronteiriço e recorra para esse efeito a todos os mecanismos bilaterais e europeus disponíveis.

Assembleia da República, 9 de março de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,